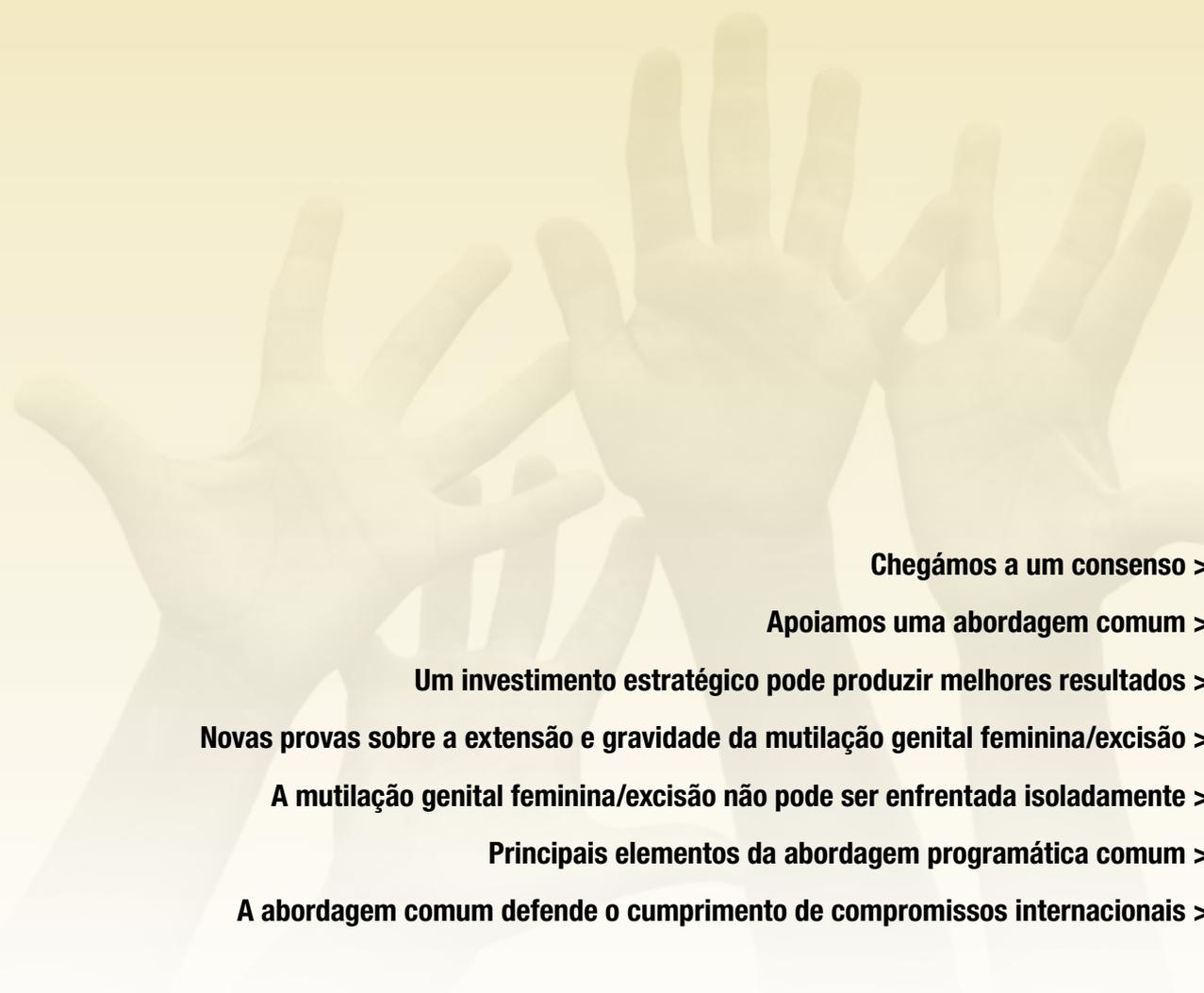


# **Plataforma de Acção**

Para a Eliminação da  
Mutilação Genital Feminina/Excisão (MGF/E)

## **Uma questão de igualdade de género**

**Grupo de Trabalho de Doadores contra a Mutilação Genital Feminina/Excisão**



**Chegámos a um consenso >**

**Apoiamos uma abordagem comum >**

**Um investimento estratégico pode produzir melhores resultados >**

**Novas provas sobre a extensão e gravidade da mutilação genital feminina/excisão >**

**A mutilação genital feminina/excisão não pode ser enfrentada isoladamente >**

**Principais elementos da abordagem programática comum >**

**A abordagem comum defende o cumprimento de compromissos internacionais >**

# Para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina/Excisão (MGF/E)

## **Chegámos a um consenso**

O Grupo de Trabalho de Doadores contra a MGF/E (GTD) tem vindo, desde 2001, a juntar destacadas fundações e organizações governamentais e não-governamentais empenhadas em apoiar a eliminação da MGF/E. Graças à análise sistemática e partilha de experiências, chegámos a um consenso sobre uma abordagem programática comum de apoio à eliminação desta prática e que fará uma grande diferença para milhares de raparigas e mulheres em todo o mundo. Esta Plataforma de Acção resume os elementos dessa abordagem. Com apoios relativamente modestos e parcerias alargadas para a aplicação desta abordagem, a MGF/E pode ser significativamente reduzida já na próxima década.

## **Apoiamos uma abordagem comum**

A abordagem programática comum resulta de uma análise profunda e da avaliação de experiências de outros programas apoiados por governos nacionais e organizações não-governamentais a trabalhar no terreno. A análise, baseada na teoria das ciências sociais e na perspectiva da defesa dos direitos humanos, permitiu destacar quais as medidas que funcionam e porque funcionam. Demonstrou que um processo de transformação social positivo é possível quando os programas e as políticas se concentram em proporcionar às comunidades que estas façam uma escolha coordenada e colectiva de eliminação da MGF/E.

A declaração revista do Grupo de Trabalho Interagências das Nações Unidas sobre a Eliminação da Mutilação Genital Feminina beneficiou das informações recolhidas pelo GTD e reflecte esta abordagem comum. Divulgada no início de 2008 pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, esta declaração apela aos governos, organizações nacionais e internacionais, à sociedade civil e às comunidades para que desenvolvam, fortaleçam e apoiem medidas específicas e concretas com vista à eliminação das práticas de MGF/E. O GTD apoia o alargamento e fortalecimento de parcerias, e o aumento de recursos que possibilitem a promoção eficaz desta acção dentro e fora do sistema das Nações Unidas.

## **Um investimento estratégico pode produzir melhores resultados**

Um investimento relativamente modesto mas estratégico pode levar a uma eliminação em larga escala da MGF/E. Uma mudança social positiva pode começar por uma proporção relativamente pequena da população envolvida e difundir-se rapidamente. A partir do momento em que uma massa crítica de indivíduos manifeste publicamente o seu apoio à eliminação desta prática, as pressões sociais começarão a mobilizar-se levando mais indivíduos e famílias a aceitar a nova norma: a mudança poderá então prosseguir espontaneamente contando com apoio sustentado ao longo do tempo.

Com base nesta informação, a UNICEF estimou que a criação de programas orientados para as comunidades e orçados em 24 milhões de dólares americanos por ano ao longo dos próximos 10 anos pode levar a uma enorme redução dos casos de MGF/E em 16 países da África subsaariana que apresentam uma prevalência elevada ou média destas práticas. A Organização Mundial de Saúde prevê a necessidade de dispor de mais 4 milhões de dólares nos próximos seis anos para apoiar governos e outros parceiros a fim de gerar os conhecimentos necessários para definir padrões globais de cuidados de saúde a prestar às mulheres submetidas à MGF/E, e ainda para melhorar a eficácia dos programas.

## **Novas provas sobre a extensão e gravidade da mutilação genital feminina/excisão**

Em posse de mais e melhor informação, estimamos agora que ascenda a 3 milhões o número de raparigas submetidas a esta prática todos os anos no continente africano (Egipto, Sudão e África subsaariana), mais 1 milhão do que apontavam as anteriores estimativas. Para além disso, a MGF/E revelou uma prevalência maior do que a antecipada em alguns países da Ásia e do Médio Oriente. O aumento das migrações fez crescer o número de raparigas e mulheres que, embora vivam fora dos seus países de origem, foram ou correm o risco de vir a ser submetidas a estas práticas. Estes números incluem as raparigas e mulheres que vivem na Austrália, na Europa e na América do Norte.

Hoje em dia está também cientificamente provado que a MGF/E é prejudicial tanto para as mulheres como para os seus bebés. É sabido desde há décadas que esta prática pode ser extremamente dolorosa, causar hemorragias prolongadas, infecções, infertilidade ou mesmo a morte; porém, um estudo divulgado pela Organização Mundial de Saúde em 2006 veio demonstrar claramente que as complicações durante o parto são mais frequentes entre mulheres submetidas à MGF/E. O estudo revelou ainda que esta prática é prejudicial para os bebés, estando na origem de mais uma ou duas mortes perinatais em cada 100 partos.

### **A Mutilação Genital Feminina/Excisão não pode ser enfrentada isoladamente**

A MGF/E é multidimensional, afectando de diversas formas a saúde física e mental das raparigas e mulheres. Afecta a escolarização das raparigas e limita a capacidade de estas atingirem o seu máximo potencial. Pode aumentar o risco de infecção por VIH. Trata-se de uma questão de desenvolvimento e uma questão de governação. Assim, a eliminação de todas as formas de MGF/E é crucial para o sucesso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, especialmente aqueles que se baseiam na igualdade, ensino primário universal, saúde materna, mortalidade infantil e VIH/SIDA. Fundamentalmente, esta prática constitui uma violação dos direitos humanos e mais especificamente dos direitos da criança, requerendo uma actuação ao nível das causas que lhe estão subjacentes.

Enquanto manifestação de desigualdade de género, a MGF/E está profundamente enraizada nas estruturas social, económica e política dos países onde é praticada. As mães e outros membros da família organizam a excisão das suas filhas embora possam saber que esse acto pode acarretar danos físicos e psicológicos às raparigas. Consideram que esta prática faz parte da boa educação a dar a uma rapariga e da sua preparação para a idade adulta e o casamento. Do ponto de vista destas mães, o não cumprimento desta obrigação causaria um dano ainda maior às suas filhas resultando numa situação de vergonha e exclusão social. Este tipo de comportamento enquadra-se no que os cientistas sociais designam por convenção social auto-imposta. A alteração deste tipo de convenções sociais implica que um número significativo de famílias de

uma comunidade faça uma escolha colectiva e coordenada para pôr fim a esta prática, a fim de que nenhuma rapariga ou família seja colocada numa posição desvantajosa por esta decisão.

Os programas que têm conduzido à eliminação da MGF/E numa escala significativa têm sido levados a cabo de forma sistémica, tendo estimulado e apoiado transformações sociais de grande alcance – das quais destacamos a libertação de alguns papéis ou estereótipos de género e a capacitação de mulheres e raparigas, que tiveram uma importância fundamental. Um dos resultados positivos deste processo de mudança traduziu-se na decisão coordenada e colectiva de algumas comunidades no sentido de abandonar esta prática, mas foram ainda documentados outros resultados positivos em benefício de mulheres e crianças. Entre estes resultados conta-se a diminuição dos casamentos na infância e da violência doméstica, e o aumento da matrícula escolar de raparigas e de crianças portadoras de deficiência.

### **Principais elementos da abordagem programática comum**

#### **As actividades de capacitação das comunidades são essenciais para as mudanças sociais positivas**

As actividades promotoras de capacitação comunitária são essenciais para o tipo de mudança social que conduzirá à eliminação da MGF/E em larga escala. Estas actividades devem envolver toda a comunidade – raparigas, rapazes, mulheres e homens – e, em última análise, os grupos envolvidos nestas práticas.

A educação para a capacitação é essencial para a aquisição de novos conhecimentos e aptidões em diversos domínios, de modo a que estes possam ser adequadamente aceites e aplicados. Deverá ser usado um diálogo não-impositivo, para que as comunidades possam debater os novos conhecimentos, relacioná-los com a sua situação e considerar alternativas a algumas das práticas vigentes, incluindo a MGF/E. Estas reuniões podem ser organizadas inicialmente entre mulheres, entre homens ou entre géneros e gerações, mas deverão promover, em última análise, um consenso comunitário alargado.



Estes debates encorajam as comunidades a discutir questões e a definir soluções por si próprias sem se sentirem coagidas ou julgadas. As actividades de capacitação são mais eficazes quando estimulam a discussão dos valores ao nível básico da comunidade e a sua relação com os princípios dos Direitos Humanos. Assim, promovem uma visão partilhada com base nos Direitos Humanos e um compromisso de acção que visa realizar e estimular os processos de mudança social positiva.

#### **A diminuição destas práticas em larga escala surge na sequência de um compromisso público de eliminação da MGF/E**

Para obter uma mudança permanente e em larga escala, não basta que cada pessoa ou família mude de atitude em relação a esta prática. É necessário reunir um número suficiente de pessoas que acedam de facto a abandonar a MGF/E e que esses grupos sejam reconhecidos, para que outras famílias que tencionem seguir os mesmos passos sintam que têm o apoio da sua comunidade e que um dia conseguirão casar as suas filhas sem terem de enfrentar a vergonha ou a exclusão. De resto, os estudos demonstram que uma adesão significativa à eliminação da MGF/E decorre de um compromisso público de erradicação da prática.

#### **Um ambiente de apoio a nível nacional acelera o processo de mudança**

O processo de mudança social deve ultrapassar o âmbito de cada uma das comunidades, assumindo uma escala nacional e além fronteiras. As actividades no terreno deverão envolver líderes tradicionais, religiosos e políticos incluindo os representantes parlamentares. É também preciso que as actividades promovam e apoiem o diálogo nacional através dos seus meios de comunicação locais e nacionais, e em parceria com aliados estratégicos governamentais e da sociedade civil. Deve ser promovida a revisão e reforma das políticas e legislação por parte dos governos, resultando em medidas consentâneas com o grau de apoio existente na sociedade. Nas comunidades onde esta prática é generalizada e há pouca informação e discussão sobre as vantagens da eliminação da MGF/E, corre-se o risco de uma legislação proibitiva vir a ser ineficaz ou encorajadora da continuação clandestina da prática. Nestas circunstâncias, os governos podem abrir caminho para nova legislação ao expressar a sua posição

contrária a esta prática e divulgando razões convincentes que levem à eliminação da mesma. A nível nacional, é também necessário desenvolver um enquadramento holístico de protecção infantil que reúna legisladores, serviços sociais e de assistência, forças policiais, sistema judicial e prestadores de serviços básicos com os líderes locais e a sociedade civil. Deverá também ser assegurada assistência médica e social bem como apoio psicológico às raparigas e mulheres que foram já submetidas à MGF/E.

#### **A abordagem comum defende o cumprimento de compromissos internacionais**

Numerosos instrumentos internacionais reflectem o empenho dos Estados em pôr um fim a práticas lesivas como a MGF/E. Esses instrumentos sublinham que esta prática constitui uma violação dos Direitos Humanos da rapariga e da mulher, para as quais acarreta graves consequências. Reflectem ainda o entendimento de que a MGF/E é uma manifestação de discriminação contra as raparigas e as mulheres, e apontam para a necessidade de corrigir desigualdades de género.

Alguns destes instrumentos chave incluem artigos relevantes da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres e da Convenção sobre os Direitos da Criança. Os compromissos estão reiterados nos Planos de Acção resultantes da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher de 1995 e da Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre a Criança de 2002. Na Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, no Protocolo dos Direitos da Mulher em África, este também designado por 'Protocolo de Maputo', e em parte da Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos, os estados Africanos comprometem-se ainda a tomar todas as medidas apropriadas para eliminar práticas sociais e culturais lesivas da pessoa humana.

Os governos continuam a ser exortados a eliminar estas práticas. Em 2008, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas e a Assembleia Mundial de Saúde emitiram resoluções integralmente dedicadas à promoção de medidas para eliminar as práticas de MGF/E.

## Junte-se ao esforço coordenado globalmente para a erradicação da Mutilação Genital Feminina/ Excisão

Hoje em dia, munidos de novos conhecimentos e de um crescente consenso sobre a abordagem programática comum, podemos ser ainda mais eficazes a incrementar os esforços de erradicação da MGF/E. Com parcerias reforçadas e mais recursos, podemos estender o nosso apoio a comunidades em todo o mundo a fim de que estas possam enveredar pela eliminação de todas as práticas de MGF/E no espaço de uma geração e tornar realidade os compromissos internacionais.

Numerosas agências governamentais de cooperação técnica e de desenvolvimento, organizações das Nações Unidas, organizações intergovernamentais e fundações privadas já manifestaram o seu compromisso perante a abordagem programática comum e o Grupo de Trabalho dos Doadores, e mais são esperados. Estas incluem:

- Alemanha – Ministério Federal da Cooperação Económica e do Desenvolvimento (BMZ), Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)
- Áustria – Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Estado Unidos – Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID)
- Holanda – Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Irlanda – Irish Aid (Ajuda Irlandesa)
- Itália – Direcção Geral de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Noruega – Ministério dos Negócios Estrangeiros, Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad)
- Reino Unido – Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID)
- Suécia – Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Sida)
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)
- Banco Mundial
- Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA)
- Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
- Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP)
- Gabinete do Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR)
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
- Organização Mundial de Saúde (OMS)
- Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/Sida (UNAIDS)
- Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD)
- Voluntários das Nações Unidas
- Comissão Europeia (CE)
- Organização Internacional para as Migrações (OIM)
- Fundação das Nações Unidas (FNU)
- Fundo Global Wallace

### Pode participar de muitas maneiras, por exemplo:

- Juntando-se ao Grupo de Trabalho de Doadores contra a MGF/E no apoio à aplicação da abordagem programática comum com vista à eliminação da mutilação genital feminina/excisão, alicerçadas por décadas de experiência em programas e pesquisa.
- Contribuindo com recursos para a promoção de planos de acção a nível local, nacional e internacional consistentes com a abordagem programática.
- Apoiar o secretariado do GTD a ajudar ao alargamento das parcerias e à sustentação das actividades em curso.

Se a sua organização quiser saber mais ou juntar-se à iniciativa de parcerias promovida pelo Grupo de Trabalho de Doadores contra a MGF/E, por favor consulte o sítio [www.fgm-cdonor.org](http://www.fgm-cdonor.org)



Agradecimentos: Os nossos sinceros agradecimentos são extensivos a diversos governos e organizações não-governamentais nacionais e internacionais, bem como aos investigadores que prestaram aconselhamento, informações e apoio para o desenvolvimento de uma abordagem programática comum e para a realização de acções ao nível mundial, à UNICEF pela sua acção enquanto Secretariado do Grupo de Trabalho de Doadores contra a MGF/E e ao Centro de Pesquisa Innocenti da UNICEF por produzir este documento.